

-----**ACTA Nº 22/2009**-----

-----**MINUTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 26 AGOSTO DE 2009**-----

-----Aos vinte e seis dias do mês de Agosto do ano de dois mil e nove, nesta cidade de Almeirim e na Sala de Reuniões do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Administrativa, Maria João André Escrevente, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

----- Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente, Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Joana Batista Vidinha e José Carlos da Silva.-----

-----Faltou o Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos e a Senhora Vereadora Manuela Cunha, cuja falta foi considerada justificada.-----

-----Sendo nove horas e trinta minutos assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----O Senhor Presidente propôs a aprovação em minuta de todos os pontos que irão ser tratados na presente reunião, uma vez que os mesmos têm carácter de urgência, e não se justificava a marcação de uma reunião extraordinária se assim não fosse.-----

-----O Executivo concordou.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----MINUTA DO CLAUSULADO DO CONTRATO PARA O CENTRO ESCOLAR DE FAZENDAS DE ALMEIRIM - O Senhor Presidente submeteu a apreciação a Minuta do contrato de adjudicação de empreitada em epígrafe, com o preço de um milhão seiscentos e sessenta e nove mil e vinte e cinco euros e nove cêntimos, mais IVA, que por

deliberação de dezassete de Agosto corrente, foi adjudicado a José Manuel da Silva Fidalgo.-----

-----Posta à votação a minuta do contrato, foi a mesma aprovada com quatro votos a favor da bancada do Partido Socialista e o voto contra e de vencido do Senhor Vereador Francisco Maurício, que leu a declaração de voto que abaixo transcrevo da qual me entregou cópia: "Voto contra e faço voto de vencido, devido à localização prevista da Escola. Não questiono a sua necessidade e importância nem, tão pouco a proposta em causa.-----

-----Um autarca no exercício das suas funções está vinculado a observar escrupulosamente as normas legais e regulamentares aplicáveis aos actos por si praticados ou pelos órgãos a que pertencem", sendo que, o não cumprimento destes preceitos constitui violação do princípio da legalidade. É o que aqui claramente acontece. Para além disso estas propostas também reflectem o completo desprezo, da maioria deste executivo pelo interesse da população de Fazendas de Almeirim. Em primeiro lugar qualquer pessoa minimamente competente diria que aquele lugar não serve para a construção de uma Escola. Se chamássemos aqui o arquitecto responsável desta Câmara Municipal ele mesmo diria que aquele lugar não serve para a construção de uma Escola, se chamássemos aqui o próprio empreiteiro ele mesmo diria que aquele lugar não é o adequado para a construção de uma Escola, se chamássemos aqui os responsáveis distritais pelo ensino eles diriam que aquele lugar não era adequado para a construção de uma Escola, se soubéssemos ouvir um qualquer cidadão de Fazendas de Almeirim logo diria que aquele lugar não serve para a construção de uma Escola. Qualquer autarca, neste País que não despreze a sua população, que defenda os seus interesses nunca permitiria que uma Escola fosse feita naquele lugar. Então qual será a razão porque os senhores persistem neste erro que prejudica irremediavelmente as crianças, os pais e a população de Fazendas de Almeirim?-----

-----Por uma questão de ética e de legitimidade, acho que este assunto deveria ser tratado pelo próximo Executivo. -----

-----Pelos mesmos motivos voto contra e faço voto de vencido este ponto e os pontos dois, três e quatro desta Ordem de Trabalhos, dado estarem relacionados com o mesmo assunto."-----

-----O Senhor Presidente ditou a seguinte declaração de voto: "Eu voto a favor porque está em causa a aprovação de um clausulado do contrato que foi redigido pelos Serviços de Notariado desta Autarquia em quem deposito a maior confiança. Quanto aos pontos dois, três e quatro, eles vêm para aprovação do Executivo Municipal no cumprimento escrupuloso do que a lei estipula. Não deixo no entanto de me referir à localização do Centro Escolar embora este assunto nada tenha a ver com o que neste momento se aprecia. A localização foi escolhida por ser um sitio central em relação à distribuição da população de Fazendas de Almeirim que foi também discutido com a Junta de Freguesia que também se preocupou em aproveitar um terreno já sua pertença, comprado por Executivo anterior sem que tivesse qualquer objectivo para essa compra."-----

-----PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA A OBRA: CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE FAZENDAS DE ALMEIRIM - O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta: "Cumprindo o estipulado no número um do artigo doze do Decreto-lei nº 273/03, de vinte e nove de Outubro, proponho a aprovação do Plano de Segurança e Saúde para execução da obra: Construção do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim."-----

-----Posto à votação a proposta acima transcrita, foi a mesma aprovada por maioria, com os votos a favor da bancada do Partido Socialista e o voto contra e de vencido do Senhor Vereador Francisco Maurício.-----

-----FISCAL DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE FAZENDAS DE ALMEIRIM - O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta: " Cumprindo o estipulado no artigo 302º alínea a) e

seguintes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de vinte e nove de Janeiro, proponho a nomeação do Sr Engº António Xavier Martins da Rocha Pinto, como fiscal da empreitada: Construção do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim."-----

-----Posto à votação a proposta acima transcrita, foi a mesma aprovada por maioria, com os votos a favor da bancada do Partido Socialista e o voto contra e de vencido do Senhor Vereador Francisco Maurício.-----

-----COORDENADOR DE SEGURANÇA DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE FAZENDAS DE ALMEIRIM - O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta: "Cumprindo o estipulado no nº 2 do artigo nono, do Decreto-Lei nº 273/03, de vinte e nove de Outubro, proponho a nomeação de José Luís Bento Pontes Moreira, como coordenador de segurança em obra por parte desta Autarquia, para execução da empreitada: CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE FAZENDAS DE ALMEIRIM."-----

-----Posto à votação a proposta acima transcrita, foi a mesma aprovada por maioria, com os votos a favor da bancada do Partido Socialista e o voto contra e de vencido do Senhor Vereador Francisco Maurício.-----

-----ERROS E OMISSÕES DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA PISTA DE ATLETISMO NO PARQUE DESPORTIVO MUNICIPAL DE ALMEIRIM E APROVAÇÃO DO NOVO PREÇO BASE DA MESMA EMPREITADA PARA 404.737,89€ - O Senhor Presidente apresentou a proposta que transcrevo: "De acordo com o número cinco do artigo sessenta e um do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito de dois mil e oito, de vinte e nove de Janeiro, conjugado com o artigo dezoito do Decreto Lei cento e noventa e sete de noventa e nove, de oito de Junho, proponho a aceitação dos erros e omissões apresentados pelos concorrentes e avalizados tanto pelo

projectista como pelo Júri dos Procedimentos, relativamente ao concurso para a empreitada de: Construção de Pista de Atletismo no Parque Desportivo Municipal de Almeirim.-----

-----Em consequência dos mesmos, proponho ainda que o preço base do concurso passe de trezentos e noventa e seis mil novecentos e cinquenta euros, para quatrocentos e quatro mil setecentos e trinta e sete euros e oitenta e nove cêntimos."-----

-----De referir que o processo relativo à aprovação dos erros e omissões da empreitada de Construção de Pista de Atletismo no Parque Desportivo de Almeirim, esteve para consulta no Gabinete dos Senhores Vereadores e também está presente nesta reunião.---

-----Posta à votação as propostas acima indicadas, foram as mesmas aprovada por maioria, com três votos a favor, a abstenção da Senhora Vereadora Joana Vidinha e o voto contra e de vencido do Vereador Francisco Maurício, que leu a declaração de voto que seguidamente transcrevo e cuja cópia me entregou: " quero referir que voto contra e faço voto de vencido, este ponto e o ponto seis da Ordem de Trabalhos, porque é-nos proposto um aumento de sete mil setecentos e oitenta e nove euros e oitenta e sete cêntimos. As omissões são lapsos de quem elaborou a parte escrita do processo, e os erros são lapsos nas quantidades. É evidente que os empreiteiros não têm culpa nestas falhas de quem elabora os processos dos concursos públicos. Mas será que não era já tempo de acabarmos com isto? Quando é que se acaba esta situação de erros e omissões que apenas servem e só para aumentar o valor da obra? Será que não está aqui em causa a violação do princípio de transparência, da imparcialidade e da concorrência, para além de princípios da boa gestão de dinheiros públicos, prejuízos financeiros para a autarquia. Até hoje nunca uma obra desceu de preço, aumenta sempre. PORQUÊ?"-----

-----O Senhor Presidente ditou a seguinte declaração de voto: "Eu voto a favor porque mais uma vez se cumpriu um processo legal que foi criado para que nesta fase dos concursos se verificasse com transparência e em defesa dos dinheiros públicos tudo o que durante a obra poderia vir a provocar trabalhos a

mais ou imprevistos, a isto chama-se rigor na gestão pública.”--

-----O Senhor Vice-Presidente subscreve a declaração de voto do
Senhor Presidente.-----

-----EXPROPRIAÇÃO - O Senhor Presidente apresentou a proposta de
resolução de pedido de declaração de utilidade pública de
expropriação, com carácter de urgência e consequente posse
administrativa, como segue: “Pretende a Câmara Municipal de
Almeirim, ao abrigo das competências que lhe são conferidas
pelas disposições conjugadas da alínea c) do número um do artigo
treze e alínea a) do número um do artigo dezoito da Lei nº
159/99, de catorze de Setembro, e da alínea f) do número dois e
alínea c) do número sete do artigo sessenta e quatro da lei
número cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de
Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei número cinco-
A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, levar a efeito, em regime
de empreitada de obra pública, a ampliação dos parques de
estacionamento situados na Rua Bernardo Gonçalves e Rua Gonçalo
da Silveira e respectiva requalificação.-----

-----A ampliação e requalificação dos parques de estacionamento
tem plena justificação dada a manifesta carência de
estacionamento automóvel na zona do Centro Histórico da cidade.-

-----A ampliação revela-se agora de uma urgência ainda mais
reforçada dado que se já se iniciaram as obras de requalificação
do Largo Lourenço de Carvalho /(parque das Laranjeiras), onde se
situa um dos parques de estacionamento da cidade e o principal,
situado dentro do Centro Histórico.-----

-----Visando essa ampliação e requalificação, foi efectuada, nos
termos do artigo onze do Código das Expropriações, tentativa de
aquisição, por via de direito privado, de uma parcela de terreno
necessária para aquele fim, que não teve sucesso, dada a
divergência de valores. -----

-----A parcela a expropriar, com a área de duzentos e três,
virgula sessenta metros quadrados, situada entre os referidos

arruamentos, foi avaliada em treze mil quatrocentos e cinquenta euros por perito do Ministério da Justiça, estando localizada em zona definida pelo Plano Director Municipal de Almeirim, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros número quarenta e oito de noventa e três, de um de Junho, alterado pela Resolução do Conselho de Ministros número setenta e um de dois mil e um, de vinte de Junho, e no Plano de Urbanização de Almeirim, aprovado pela mesma Resolução do Conselho de Ministros como "Zona Urbana Consolidada".-----

-----Assim, dado não ter sido possível a aquisição por via de direito provado, cumpre à Câmara Municipal de Almeirim, nos termos das disposições conjugadas do artigo décimo, do número um, dois e três do artigo catorze, número um do artigo quinze e do artigo dezanove do Código das Expropriações e da alínea c) do número sete do artigo sessenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção da Lei número cinco-A de dois e dois, de onze de Janeiro, deliberar proceder à respectiva expropriação e consequente requerer à Assembleia Municipal a declaração de utilidade pública da expropriação, com carácter de urgência e consequente posse administrativa da parcela identificada nos termos seguintes:-----

-----1. Identificação do prédio:-----

-----1.1 Localização (Freguesia): Almeirim-----

-----1.2. Conservatória do registo Predial: número seis mil e seiscentos.-----

-----1.3. Matriz urbana: artigo mil setecentos e vinte e um-----

-----2- Interessadas:-----

-----2.1-Proprietárias de raiz:-----

-----2.2. Cecília Margarida Barradas Botas - Urbanização da Padilha, lote cinco, segundo direito, 2080 Almeirim-----

-----2.1.2. Isabel Maria Barradas Botas Duarte Calças - Rua Infante D. Henrique, oitenta e cinco C, 2080 Almeirim-----

-----2.2. Usufrutuária:-----

-----Maria Delfina Barradas - Rua Filipa de Vilhena, oito - 2080

Almeirim-----
-----3. Parcela a expropriar:-----
-----3.1. área: duzentos e três virgula sessenta metros
quadrados (a desanexar do prédio número seis mil e
seiscentos/Almeirim)-----
-----3.2. Confrontações: Norte: Município, Sul Município,
Nascente Rua Gonçalo da Silveira e Poente com Rua Bernardo
Gonçalves-----
-----4. Encargos a suportar com a expropriação: treze mil
quatrocentos e cinquenta euros-----
-----5. Causa da Utilidade Pública: Ampliação e Requalificação
do Parque de Estacionamento-----
-----6. Previsão em IGT: Plano de Urbanização de Almeirim,
aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros número setenta
e um de dois mil e um, de vinte de Junho de dois mil e um-----
-----Normas Habilitantes: Artigo décimo, artigo catorze, número
dois e artigo dezanove do Código de Expropriações e artigo
sessenta e quatro, número sete, alínea c) da Lei número cento e
sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro, na
redacção da Lei número cinco-A de dois mil e dois."-----
-----Acompanha a proposta, informação do Consultor Jurídico, Dr.
Vítor Batista como segue: "Assunto: Expropriação de parcela de
terreno para construção de parque de estacionamento. Rua
Bernardo Gonçalves. Resposta dos interessados. Apreciação. -----
-----No processo supra identificado, no cumprimento do
determinado no artigo onze do Código das Expropriações, foi
remetida correspondência às proprietárias contendo uma proposta
de aquisição por via de direito privado, acompanhada por
relatório de avaliação elaborado por perito oficial que fixava o
valor da parcela de treze mil quatrocentos e cinquenta euros.---
-----No prazo legal estabelecido pelo número cinco do artigo
onze, foi recebida uma resposta, subscrita por advogado, mas não
acompanha por procuração, remetendo para elaboração por perito e
para requerimentos apresentados em anterior procedimento em
treze de Março de dois mil e nove e dezanove de Março de dois

mil e nove com uma contraproposta no valor de quarenta mil euros e ainda com as condições de a demolição das construções existentes na parcela a expropriar ser efectuadas por conta do Município e de os custos da formalização da escritura e resultantes da actualização da descrição predial e reclamação matricial serem suportadas pelo Município.-----

-----Os requerimentos referidos datados de treze de Março e dezanove de Março referem-se à existência de uma construção (barracão) existente do prédio que, alegadamente, não terá sido objecto de avaliação no relatório pericial, sendo a mesma avaliada em onze mil duzentos e quarenta e cinco euros.-----

-----Refere ainda que o relatório do perito não se pronuncia sobre as condições de acesso em virtude da divisão do prédio, de que resultam diminuição ou alteração desses acessos à parte sobrança de que resultam maiores incómodos e "contendem com o interesse económico do prédio."-----

-----Refere-se, por fim, para além da depreciação do terreno decorrente da sua divisão, terão os proprietários de adquirir um espaço para colocação dos bens existentes no barracão implantado na parcela a expropriar. -----

-----O relatório do perito oficial do Município, refere que na parcela a expropriar não existe qualquer construção ou benfeitoria.-----

-----Independentemente da comprovação do mandato por parte da advogada subscritora da correspondência recebida há que efectuar uma apreciação da contraproposta apresentada.-----

-----Desde logo, deve realçar-se que o valor contra proposto é quase o triplo do valor da avaliação do perito oficial, o que se afigura ser uma diferença excessiva para que o mesmo possa ser considerado como hipótese para um eventual acordo.-----

-----Acresce que o valor contra proposto nem se apresenta justificado tendo em conta o teor dos relatórios de avaliação para os quais as interessadas remetem, pois estes referem valores de vinte e três mil euros (valor do solo) e onze mil quatrocentos e vinte e cinco euros (valor de benfeitorias) o que

perfaz um total de trinta e quatro mil quatrocentos e vinte e cinco euros, pelo que o valor contra proposto é superior em cinco mil quinhentos e setenta e cinco euros em relação ao valor da própria avaliação apresentada pelas interessadas. Assim, também por esta razão o valor da contra proposta não deve ser aceite.-----

-----Note-se ainda que o relatório do perito oficial refere expressamente no seu relatório que **na área do prédio não existe qualquer construção ou benfeitoria que tenha de ser demolida**, o que põe directamente em causa a veracidade do relatório apresentado pelas interessadas relativamente à existência de benfeitorias, avaliadas em onze mil duzentos e quarenta e cinco euros. Alias, já o relatório do perito elaborado no âmbito do processo de expropriação também não referia a existência de qualquer benfeitoria ou construção na área do prédio a expropriar.-----

-----Por fim, os relatórios de avaliação apresentados no âmbito da anterior expropriação para os quais remete, (independentemente do que ficou dito acerca de sua veracidade) exprimem uma mera avaliação de mercado (avaliação do solo) pois não se reportam aos critérios de avaliação previstos no Código das Expropriações que são os que presidem à fixação da justa indemnização (artº 23º a 26º, 28º¹ e 29º do Código de Expropriações) e pretendem uma indemnização por benfeitorias.---

-----No tocante aos alegados prejuízos derivados da diminuição de acessos a restante parte do prédio, a depreciação do mesmo e a necessidade de adquirir outro espaço, para além de a contra proposta não referir qualquer valor, há que lembrar que, nos termos do artigo vinte e nove do Código de Expropriações, os dois primeiros são indemnizáveis acrescendo o seu valor ao da parte expropriada e que o último se encontra já incluído no cálculo da indemnização da expropriação.-----

-----Nos termos do número seis do artigo onze, "a recusa ou a

¹ Abstraindo-nos, agora, da questão da eventual falsidade da alegação da existência de construções ou benfeitorias na parcela a expropriar.

falta de resposta no prazo referido no número anterior ou de interesse na contraproposta confere à entidade interessada na expropriação a faculdade de apresentar o requerimento para a declaração de utilidade pública, nos termos do artigo seguinte, notificando desse facto os proprietários e demais interessados que tiverem respondido."-----

-----Deste modo, nos termos da norma citada, há que tomar posição sobre a referida contraproposta e, não sendo a mesma considerada ou aceite, ser iniciado procedimento para a declaração de utilidade pública.-----

-----Assim, concluímos:-----

-----A contra proposta é subscrita por advogado, que não comprovou o mandato, pelo que, por esse facto;-----

-----A contra proposta é baseada em dois relatórios de avaliação, do solo e de uma construção alegadamente existente na parcela, que não cumprem os requisitos a que deve obedecer a avaliação, conforme estabelecido nos artigos vinte e seis, vinte e oito do Código de Expropriações, constituindo meras avaliações comerciais;-----

-----Logo, por estas razões, não deverá a contra proposta ser considerada, pelo que deve a situação ser entendida como falta de resposta;-----

-----Por outro lado, o valor proposto é quase o triplo do valor apurado pelo perito oficial;-----

-----Acresce ainda que esse mesmo valor excede em cinco mil quinhentos e setenta e cinco euros, ou seja, cerca de quinze virgula dois por cento os valores resultantes dos relatórios apresentados para justificação da contra proposta que assim, se deve ter por injustificada;-----

-----Deste modo, nos termos do número seis do artigo onze citado, há que tomar posição sobre a referida contra proposta julgando-se ser de não aceitar a contra proposta apresentada;---

-----Caso seja essa a deliberação camarária, deve ser iniciado procedimento para a declaração de utilidade pública da expropriação;-----

-----Assim, nos termos do artigo décimo do Código de Expropriações, deve a Câmara: (i) deliberar não aceitar a contra proposta e (ii) deliberar a resolução de requer à Assembleia Municipal, nos termos do número dois do artigo catorze do Código de Expropriações., a declaração de utilidade pública da expropriação."-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício perguntou porque é que foi ignorada a deliberação de dezoito de Maio do corrente ano.--

-----O Senhor Presidente disse: "Eu estive durante três anos a negociar com o proprietário e foi acordado entre mim e o próprio que a única maneira que ele tinha de justificar a passagem daquele terreno para a Câmara seria através de um processo de expropriação, pelo que não tinha maneira de ultrapassar a situação familiar. Perante isto, da minha parte como Presidente da Câmara, ficaram encerradas as possibilidades de continuar a negociar."-----

-----Posto à votação a proposta acima transcrita, foi a mesma aprovada por quatro votos a favor da bancada do Partido Socialista e o voto contra e de vencido do Senhor Vereador Francisco Maurício. De referir que o Executivo aprovou os dois valores, de treze mil quatrocentos e cinquenta euros, pelo terreno e onze mil duzentos e quarenta e cinco euros pelo valor das construção (barracão). -----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício leu a seguinte declaração de voto, cuja cópia me entregou e que a seguir transcrevo: "Quero referir que na reunião de dezoito de Maio de dois mil e nove, foi aprovado a contraproposta de trinta mil euros a apresentar aos proprietários, com três votos a favor do PS e minha abstenção e do PSD."-----

-----Na altura, fiz a seguinte declaração de voto: 'Abstenho-me porque acho limitativo o preço indicado que pode motivar a não realização do negócio. Preferia mandar o sr. Presidente para negociar sem qualquer tecto máximo. As obras no Parque das Laranjeiras não se compadecem com atrasos na criação de algum estacionamento alternativo.'-----

-----Pelo que sei, nunca esta proposta foi apresentada aos proprietários. Gostava de saber porquê, dado que foi aqui aprovada.-----

-----Nestas condições e porque considero que não foram esgotadas as negociações, antes pelo contrário, e porque considero que esta medida só deve ser tomada em último recurso, voto contra e faço voto de vencido. Os proprietários não têm culpa da asneira que fez no Parque Lourenço de Carvalho."-----

-----O Senhor Presidente ditou a seguinte declaração de voto: "Remeto para a minha declaração anterior as sucessivas tentativas de chegar a acordo e que o processo de expropriação em curso é, desde essas negociações do conhecimento do proprietário. -----

-----O Executivo se fôr manifestada e concretizada a intenção de fazer a escritura está aberto a negociações que se contenham no limite referido na acta de dezoito de Maio de dois mil e nove."-----

-----REGULAMENTO DO PDM - O Senhor Presidente apresentou a tramitação da alteração ao artigo quinto do Regulamento do Plano Director Municipal. Regulamentar/criar índices urbanísticos, apresentado pelo Arquitecto da Autarquia, Artur Sampaio da Costa, que passo a transcrever:"De acordo com a nova redacção dada aos Decretos - Lei 380/99, 310/03 e 316/2007 pelo Decreto-Lei 46/2009 de vinte de Fevereiro a tramitação desta alteração deverá seguir os seguintes passos:-----

-----1- Deliberação do Executivo Municipal (de acordo com o número um do artigo 74º) de alterar / concretizar o conteúdo do artigo 5º do Regulamento do Plano Director Municipal e da sua não sujeição a avaliação ambiental (número três do artigo 96º), de acordo com os termos da Fundamentação em anexo, que deverá ser publicada no Diário da República e divulgada na comunicação social e na página municipal da Internet, estabelecendo o prazo de elaboração (quinze dias) e o período de participação público para formulação de sugestões e para a apresentação de

informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respectivo procedimento de elaboração/alteração. (Este período não deve ser inferior a quinze dias de acordo com o número dois do artigo 77º).-----

-----2-Concluída a elaboração (que neste caso é imediata dado tratar-se exclusivamente da alteração da redacção de um artigo do Regulamento) a Câmara Municipal apresenta a proposta de alteração à CCDR-LVT de acordo com o número dois do artigo 96º e que, nos termos do número três do artº75º -C procede a realização de uma conferência de serviços com todas as entidades representativas dos interesses a ponderar de onde deverá resultar uma acta contendo o parecer da CCDR-LVT sobre os aspectos previstos no número quatro do artigo 75º A, nomeadamente:-----

-----a)Cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis

-----b)Compatibilidade ou conformidade da proposta com os instrumentos da gestão territorial eficazes-----

-----c) Fundamento técnico da solução defendida pela Câmara Municipal.-----

-----3. De acordo com o ponto três do artigo 77º, após este parecer da CCDR-LVT, existirá um período de discussão pública que deve ser anunciado com antecedência mínima de cinco dias e não pode ser inferior a vinte e dois dias.-----

-----A Câmara Municipal procederá à abertura deste período de discussão pública através de aviso a publicar no Diário da República e a divulgar na comunicação social e na página municipal da Internet, do qual consta a indicação do período de discussão, das eventuais sessões públicas a que haja lugar e dos locais onde se encontra disponível a proposta, o parecer da CCDR-LVT bem como da forma como os interessados podem apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões.-----

-----4. Findo o período de discussão pública a Câmara pondera e divulga, designadamente através da comunicação social e na página municipal da Internet, os respectivos resultados e elabora (corrige) a versão final a proposta (de acordo com o

ponto oito do artigo 77º) que será novamente enviada para parecer não vinculativo da CCDD-LVT. A emitir no prazo máximo de dez dias(de acordo com o artigo78º).-----

-----5. Finalmente a alteração do Regulamento do PDM será aprovada pela Assembleia Municipal Mediante proposta apresentada pela Câmara Municipal de acordo com o artigo 79º do mesmo diploma."-----

-----Acompanha também o relatório de Fundamentação à alteração do artigo quinto do Regulamento do Plano Director Municipal de Almeirim, apresentado pelo mesmo Arquitecto, como segue: "Alteração ao artigo 5º do Regulamento do Plano de Director Municipal de Almeirim.-----

-----Relatório de Fundamentação -----

-----O artigo quinto do Regulamento do Plano Director Municipal de Almeirim, publicado através da Resolução de Conselho de Ministros número quarenta e oito de noventa e três do Diário da República de um de Junho de noventa e três e intitulado - Área para Equipamentos e Actividades Diversificadas, estabelece nos seus três parágrafos designadamente; Um) o uso do solo, dois) as condições regulamentares gerais e específicas de uso e Três) as condições de ordem ambiental.-----

-----No entanto as condições regulamentares gerais e específicas de uso do solo são omissas relativamente a parâmetros urbanísticos que possam servir de referencia ao licenciamento municipal de propostas requeridas por particulares para a referida área.-----

-----A definição desses parâmetros urbanísticos quantitativos essenciais, como a dimensão mínima do lote, o índice máximo de ocupação em relação ao lote e a altura máxima das construções, constitui o objectivo desta alteração regulamentar, aproveitando-se também a oportunidade, para adequar a redacção do artigo à evolução legislativa entretanto verificada.-----

-----A oportunidade da presente alteração é definida pelo interesse de implementação por parte da Sociedade Agrícola da Alorna de um Parque de Empresas em condomínio, numa parcela de

terreno da sua propriedade com a área de quatrocentos e nove mil e quarenta e um metros quadrados, localizada na área para Equipamentos e Actividades Diversificadas e da qual ocupa cerca de vinte e cinco por cento da área total;-----

-----A implementação deste Parque de Empresas, constituindo por setenta e oito lotes, sendo setenta e quatro destinados a empresas e os restantes lotes a Portaria, Hotel com sessenta quartos, Estação de serviço e Serviços de Apoio ao Parque (S. de Reunião, bar, restaurante, sala de estar/convívio), irá constituir o núcleo inicial estruturante em termos de ordenamento de ocupação do solo, de toda área restante definida em Planta de Ordenamento do PDM eficaz;-----

-----A presente alteração será objecto de acompanhamento pelas entidades nos termos do número dois do artigo noventa e seis do Decreto-Lei nº trezentos e oitenta e nove de vinte e dois de Setembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei número trezentos e dezasseis de dois mil e sete de dezanove de Setembro e pelo Decreto-Lei número quarenta e seis de dois mil e nove de vinte de Fevereiro."-----

-----É também anexo, a nova redacção ao artigo quinto, do Regulamento do Plano Director Municipal, apresentada pelo referido Técnico, como se indica: "Um. Destina-se esta zona à instalação de equipamento destinado a servir, não só a população do concelho, mas também, eventualmente a dos concelhos vizinhos, tais como estabelecimentos de comércio ou conjuntos comerciais, mercado abastecedor de produtos agrícolas, armazéns grossistas, terminais de transportes de mercadorias, hotéis ou outros equipamentos de grande dimensão.-----

-----Os equipamentos a instalar obedecerão aos regulamentos próprios da sua área e às seguintes condições:-----

-----a) Número de aparcamentos proporcional à sua utilização e em número mínimo a fixar pela Câmara para cada caso, se não estiver determinado no regulamento próprio.-----

-----b) Acesso a partir de vias públicas em condições de servir convenientemente os utentes sem prejudicar o trânsito nestas.---

-----c) Distancia mínima às vias públicas de acordo com o estipulado nos regulamentos dessas vias.-----

----- d) A área mínima do lote é de mil e quinhentos metros quadrados, sendo o índice máximo de ocupação em relação ao lote de zero virgula sessenta e a altura máxima permitida das construções de doze virgula cinco metros, salvo em casos de instalações especiais devidamente justificadas.-----

-----e) Plantação de cortina envolvente, excepto no caso em que prejudique a utilização do equipamento, com uma área não inferior a dez por cento da superfície do lote-----

-----Instalação de infra-estruturas e reforço das existentes a cargo das entidades gestoras dos empreendimentos.-----

-----g) Ficam sujeitos a Avaliação de Impacte Ambiental, nos termos do número três e quatro do artigo primeiro do Decreto-Lei sessenta e nove de dois mil de dois de Março, com a redacção do Decreto-Lei cento e noventa e sete de dois mil e cinco de oito de Novembro, os equipamentos propostos, referidos no anexo II do referido diploma.-----

-----3- As instalações a fixar nesta área, deverão ter características não poluentes."-----

-----Posta à votação a alteração ao artigo quinto, do Regulamento do Plano Director Municipal, foi a mesma aprovada por unanimidade, com base no Relatório de Fundamentação, e também a aprovação da Isenção ambiental estratégica.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício leu a declaração de voto que a seguir transcrevo e cuja cópia me entregou: ": Voto em primeira instância a favor desta proposta, pois considero muito importante para o Concelho que nele se realizem investimentos de qualidade que o engrandeçam e modernizem. A proposta da Sociedade Agrícola da Alorna da criação de um Parque de Empresas, com setenta e oito lotes, sendo setenta e quatro destinados a empresas e os restantes Lotes a Portaria, Hotel com sessenta quartos, Estação de Serviço e Serviços de Apoio ao Parque (Salas de Reunião, Bar, Restaurante, Sala de Estar/Convívio) parece-me uma mais valia importante para o

Concelho e criará os consequentes, necessários e importantes postos de trabalho.-----

-----Pena é que esta não seja uma iniciativa do Município que prefere investir os seus recursos financeiros e ambientais na construção de uma CADEIA."-----

-----O Senhor Presidente ditou a seguinte declaração de voto: "Eu voto a favor por ser uma proposta que visa desenvolvimento económico significativo. É com pena de que a cadeia ainda não está iniciada, porque é um outro investimento que cria tantos ou mais postos de trabalho do que estes."-----

-----OBRAS NO CEMITÉRIO - O senhor Presidente apresentou o ofício da Junta de Freguesia de Almeirim, solicitando apoio para as despesas realizadas com as obras para melhoria do cemitério de Almeirim, no valor de cinco mil novecentos e catorze euros e sessenta e seis cêntimos.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício perguntou a que se destinaram as obras.-----

-----O Senhor Presidente disse as obras se destinaram a beneficiações nas casas de banho e à requalificação da antiga habitação a fim de esta ser transformada em local onde irá acolher os serviços administrativos do cemitério.-----

-----O Executivo deliberou por unanimidade atribuir o valor acima indicado.-----

-----DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA - O Senhor Presidente apresentou o ofício da Junta de Freguesia de Raposa, solicitando apoio para a instalação de sistemas de detecção de incêndios, a instalar nos edifícios da Junta de Freguesia e Casa da Cultura. É referido no documento que a despesas para o equipamento é no valor de quatro mil quatrocentos e quarenta e oito euros e cinquenta e dois cêntimos.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade atribuir o valor

solicitado.-----

-----SUBSÍDIO - O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta: "Tendo em atenção que a Associação de Apoio aos Deficientes de Almeirim, por não ser colectividade desportiva nem cultural, não foi incluída nas propostas de atribuição de subsídios, propõe-se que lhe seja atribuído o subsídio anual de quinhentos euros."-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício referiu que esta Associação está equiparada à dos Dadores de Sangue e sugere que seja atribuído o valor igual.-----

-----A Câmara deliberou atribuir o valor igual ao atribuído no corrente ano aos Dadores de Sangue, a importância de mil euros.-

-----BAIRROS SOCIAIS - RENDAS EM ATRASO - O Senhor Presidente apresentou a informação da Técnica Superior, Cláudia Afonso, da Divisão de Habitação e Urbanismo que acompanha listagens dos arrendatários das habitações sociais do Bairro do Pupo e do Bairro AMCOFA, com rendas em atraso, como se indica: Fernando Júlio Brito Fernandes, tem actualmente dez rendas mensais em dívida ao Município, no valor de quatrocentos e trinta e nove euros e vinte cêntimos; José Francisco Pascoal Ezequiel, tem actualmente cento e trinta rendas mensais em dívida ao Município, no valor de mil novecentos e sessenta e dois euros e noventa e três cêntimos; Rui Manuel David do Rosário, tem actualmente vinte e três rendas mensais em atraso, no valor de três mil setecentos e sessenta euros e cinquenta cêntimos; Manuel Maria Gonçalves Conceição, tem actualmente cento e trinta e nove rendas mensais em dívida ao Município, no valor de dois mil seiscentos e sessenta e oito euros e quarenta e um cêntimos; Maria de Fátima Jorge Leitão Baptista, tem actualmente vinte rendas mensais em atraso, no valor de quatrocentos e cinquenta e nove euros e três cêntimos; Rui Paulo de Carvalho Cardoso, tem

actualmente dezanove rendas mensais em atraso, no valor de quatrocentos e trinta e cinco euros e oitenta e cinco cêntimos; Elisa de Jesus Vieira Ferreira de Brito, tem actualmente vinte e oito rendas em atraso, no valor de mil duzentos e dezanove euros e cinquenta e um cêntimos; José Domingos Libério, tem actualmente doze rendas mensais em atraso, no valor de cento e setenta e dois euros e vinte e seis cêntimos; José Francisco Ferreira Mendes, tem actualmente oito rendas em atraso, no valor de cento e cinquenta e seis euros e noventa e seis cêntimos; Ana Cristina de Oliveira Fitas, tem actualmente seis rendas mensais em atraso, no valor de cento e sessenta e um euros e dez cêntimos; Idália do Rosário Cardoso, tem actualmente vinte e cinco rendas em atraso, no valor de quinhentos e quarenta e cinco euros e quarenta e quatro cêntimos.-----

-----Os valores acima indicados foram calculados até onze de Agosto de dois mil e nove.-----

-----A Senhora Vereadora Joana Vidinha disse que: "Relativamente ao Senhor Rui Paulo de Carvalho Cardoso, residente do Bairro AMCOFA, ele telefonou-me ontem de Espanha, onde está a trabalhar, solicitando-me que lhe comunicasse o valor da dívida porque está pronto a pagar. Eu vou hoje dar-lhe a informação e ficamos a aguardar o pagamento."-----

----- A Câmara deliberou por unanimidade dar início ao processo de despejo-----

-----TROCA DE HABITAÇÃO - o Senhor Presidente referiu que a Sr^a Ana Maria Delfina Neves habita no quarto andar, do prédio sito na Av^a Vinte e Cinco de Abril, lote sete, em Almeirim, e que por motivos de saúde tem muita dificuldade em subir as escalas, pelo que solicita a troca pelo primeiro andar, que se encontra disponível no mesmo fogo habitacional. Contudo, a moradia da requerente é de tipologia T três e a que pretende trocar é de tipo T dois.-----

-----Foi presente a informação interna do Arquitecto Artur Sampaio da Costa, do seguinte teor: "Diferencial do valor dos apartamentos T três e T dois na Avenida 25 de Abril, lote sete em Almeirim.-----

----Quando estes apartamentos foram postos a concurso para atribuição em regime de propriedade resolúvel foi solicitado pela Câmara de Almeirim ao então Fundo de Fomento Habitação o seu valor de venda. Aquele Organismo Estatal definiu o valor de venda para as várias tipologias de T dois a T quatro, de acordo com o Decreto Lei trinta e um de oitenta e dois e as suas prestações consoante mensais, consoante estas fossem constantes ou tivessem uma variação quinquenal.-----

-----Assim para a tipologia T dois (o apartamento que a munícipe quer adquirir) foi estabelecido o seguinte plano de rendas em vinte e cinco anos: primeiro ano vinte e um euros; segundo ano quarenta e um euros e noventa e cinco cêntimos; terceiro ano sessenta e dois euros e noventa cêntimos; quarto ano oitenta e três euros e noventa cêntimos; quinto ano cento e quatro euros e oitenta e cinco cêntimos.-----

-----O valor final do fogo T dois é de dezoito mil oitocentos e setenta e cinco euros e cinco cêntimos.-----

-----Para a tipologia T três (o apartamento que a munícipe tem vindo a pagar) foi estabelecido o seguinte plano de rendas em vinte e cinco anos: primeiro ano, vinte e quatro euros e quarenta cêntimos; segundo ano, quarenta e oito euros e oitenta cêntimos; terceiro ano setenta e três euros e quinze cêntimos; quarto ano noventa e sete euros e cinquenta e cinco cêntimos e quinto ano cento e vinte e um euros e noventa e cinco cêntimos.-

-----O valor final do fogo T três é de vinte e um mil novecentos e cinquenta e dois euros.-----

-----A munícipe já pagou vinte e um anos e onze meses (se os pagamentos das rendas estiverem em dia), o que corresponde ao valor total de dezassete mil quatrocentos e quarenta euros.-----

-----Se os apartamentos estiverem em estado de conservação semelhante entende-se que faltará pagar o valor diferencial de

mil quatrocentos e trinta e cinco euros e cinco cêntimos.-----

-----O modo de pagamento, caso a Exm^a Câmara assim o entenda, poderá ser feito através da renda mensal de trinta e oito euros e oitenta cêntimos, durante os trinta e sete meses restantes do contrato."-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a troca acima proposta.-----

-----ACÇÃO SOCIAL - Foi presente a comunicação interna do Gabinete de Acção Social, dando conta que Susana Isabel Vicente Cardoso, tem a seu cargo dois filhos. O filho mais velho encontra-se a tirar um curso de hotelaria, e está em estágio num hotel de Santarém. Como não há transportes públicos compatíveis com os horários, de forma a permitir-lhe a deslocação para a sua residência, teve que alugar um quarto, que paga o valor mensal de cento e quarenta euros. Por dificuldades acrescidas, não tem dinheiro este mês para pagar a renda. Vem solicitar o apoio para liquidar a renda de um mês, uma vez que não consegue fazer fase a essa despesa.-----

-----A Câmara deliberou pagar a quantia de cento e quarenta euros pela renda de um mês do quarto.-----

-----Foi presente outra comunicação interna do mesmo Gabinete, informando que Hermínia Gomes Branco Pedro, residente nos Cortiços, tem uma família constituída pela própria, neta desempregada e bisneta de dezoito meses de idade. Em termos económicos possui uma reforma de quatrocentos euros. Por ter sido fiadora da filha, perdeu a casa e terá que a abandonar até trinta de Setembro. Vem solicitar apoio para a compra de óculos e apresenta orçamento no valor de quinhentos e noventa euros.---

-----A Câmara deliberou por unanimidade atribuir o valor de cinquenta por cento do preço dos óculos.-----

-----Para deliberação que se segue ausentou-se da sala do Senhor

Vice-Presidente.-----

-----TRANSFERÊNCIAS - Foi presente a carta da Associação Vinte Quilómetros de Almeirim - Secção de Petanca, solicitando apoio para a realização do sexto torneio de Petanca em Doublete, Pão Vinho e Companhia.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade oferecer cento e cinquenta euros para apoio à oferta de refeições e taças para o evento.-----

-----Retomou o lugar o Senhor Vice Presidente.-----

-----Associação Desportiva Fazendense, oito mil seiscentos e vinte e cinco euros para inscrições de jogadores. Verba a pagar mediante a apresentação de recibo da Associação de Futebol de Santarém, aprovado por maioria com a abstenção da Senhora Vereadora Joana Vidinha; Grupo Desportivo Raposense, oitocentos e vinte e cinco euros para inscrição de jogadores, valor a pagar mediante a apresentação de recibo.-----

-----O Senhor Vice Presidente pediu que se registe o seguinte facto: O Subsidio atribuído à Secção de Karaté do União de Almeirim foi um engano e deve ser atribuído à Associação SHOTAKAI.-----

-----TRANSITO - O Senhor Vice Presidente apresentou a seguinte proposta para colocação de passadeira junto à Clínica do Dr. Chambel, na Avenida 25 de Abril; Passadeira elevada na Rua da Fonte junto ao Infantário Clube dos Infantes, tudo em Almeirim.-

-----O Executivo deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada.-----

-----ACTA - Depois de ter sido previamente distribuída por todos os Autarcas, foi posta à aprovação a acta de vinte e nove de Julho de dois mil e nove, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

-----O Sr. Presidente declarou que, relativamente a todas as actas aprovadas, aprova as deliberações formais no que concerne à eficácia dos actos e vota contra tudo o resto que está escrito e não é essencial às deliberações, nos termos do nº. 1 do Artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, que leu:-----

-----"De cada reunião ou sessão é lavrada acta, que contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respectivas votações e, bem assim, o facto de a acta ter sido lida e aprovada."-----

-----Foi distribuída a acta de dezassete de Agosto de dois mil e nove, por todo o Executivo, para posterior consideração.-----

-----SENHAS DE PRESENÇA - Foram comunicadas à Repartição de Recursos Humanos da Autarquia, as presenças dos Senhores Vereadores na presente reunião de Câmara, para pagamento das senhas de presença.-----

-----Às dez horas e quarenta minutos o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____,
Assistente Administrativo da Câmara Municipal de Almeirim,
elaborei a presente acta que lavrei e subscrevi.-----

-----Presidente da Câmara, _____ A Assistente Administrativa
